



Tribunal de Contas do Estado do Acre

Secretaria das Sessões



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO ACRE

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

A C Ó R D ã O Nº 7.384

NATUREZA DO FEITO:

ASSUNTO:

RESPONSÁVEL:

RELATORA:

Processo nº 13.804.2010-70-TCE.

Aposentadoria do Servidor Ênio Alberto de Oliveira.

Instituto de Previdência do Estado do Acre - ACREPREVIDÊNCIA

Conselheira Naluh Maria Lima Gouveia dos Santos.

Aposentadoria. Servidor Público. Concessão com fundamentação legal no inciso I, § 1º, do art. 40, da Constituição Federal, com redação dada pela EC nº 41/2003 c/c o art. 31, § 1º da LCE nº 154/2005. Legalidade. Registro no âmbito deste Tribunal de acordo com o ato de fixação dos proventos. Notificação. Encaminhamento de cópia dos autos ao Instituto de Previdência do Estado do Acre – ACREPREVIDÊNCIA.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **à unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora: **1) registrar**, ante a legalidade da matéria, a aposentadoria por invalidez do servidor público estadual **Ênio Alberto de Oliveira Machado**, com fundamentação legal no inciso I, § 1º, do art. 40, da Constituição Federal, com redação dada pela EC nº 41/2003 c/c o art. 31, § 1º da LCE nº 154/2005, no cargo de Engenheiro Agrônomo, Grupo V – Letra “H”, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre, com proventos mensais fixados no valor de R\$ 3.570,00 (três mil, quinhentos e setenta reais), consoante o Ato de Fixação dos Proventos, datado em 14/01/2010 (fl. 87), tendo em vista a **prevalência do princípio da segurança jurídica** na ponderação dos valores constitucionais que se confrontam no caso em questão (legalidade *versus* segurança), não se podendo fechar os olhos à realidade do nosso Estado, notadamente ao fato de que os atos que efetivaram o servidor sem prévia aprovação em concurso público, não obstante o fato de serem indubitavelmente ilegais, tornaram-se, com o transcurso de quase vinte e três anos, irreversíveis, tendo sido convalidados os seus efeitos; **2) encaminhar** cópia do processo ao Instituto de Previdência do Estado do Acre – ACREPREVIDÊNCIA para as providências cabíveis; e **3) notificar** o servidor para tomar conhecimento desta decisão. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Presidente Ronald Polanco Ribeiro.....

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre

Rio Branco – Acre, 01 de setembro de 2011

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Presidenta do TCE/ACRE, em exercício

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA DOS SANTOS**

Relatora

Fui presente:

SÉRGIO CUNHA MENDONÇA

Procurador-Chefe do M.P.E/TCE/ACRE

Av. Ceará, 2994, Jardim Nazle – Rio Branco – Acre – Cep.: 69.907-000

Telefone: (68)3025-2039 – Fonefax: (68)3025-2041 – Email: pres@tce.ac.gov.br